

108 diretrizes para a avaliação das condições a serem observadas para preservar a navegação. Dra.
109 Anícia falou que para evoluir é necessário tratar os assuntos por pauta, citou o exemplo de
110 São Paulo que trabalhava com outorga dissociada de cobrança e que sua preocupação é
111 trabalhar a outorga com o objetivo da cobrança e esse enfoque muda significativamente a
112 visão. Dr. Julio falou que a quantidade de problemas para essa Câmara é enorme e que não
113 devemos extrapolar para cobrança. Dra. Anícia colocou que os procedimentos rebaterão na
114 cobrança. Dr. Marcos falou que propôs a criação dessa Câmara para tentar aproveitar a
115 oportunidade de buscar unificar, na medida do possível, outorga, licenciamento, qualidade
116 etc., sendo que o incentivo é a maior eficiência e soluções para a sociedade. Para integrar e
117 racionalizar, citou o exemplo da Agência Nacional de Petróleo - ANP que conseguiu montar
118 com o IBAMA um escritório para petróleo e gás no Rio de Janeiro e estabeleceu
119 procedimentos conjuntos, trabalhando de forma articulada. O objetivo não é pressionar
120 setores mas sim ter prazos compatíveis para a solução dos problemas. Dra. Aparecida
121 questionou de que forma vai ser a articulação entre Estado e União e a compatibilização entre
122 as ações. Comentou ainda que o papel da outorga pode ser o de agente de articulação
123 intersetorial. Dra. Leila colocou a importância de se regulamentar a fiscalização, já que sem
124 isso não será implementada a outorga mesmo que a regulamentemos. Portanto, segundo a
125 experiência de São Paulo, a outorga não funciona sem a fiscalização. Dr. Julio propôs que se
126 envie, ou traga para a próxima reunião, proposta de Plano de Trabalho, sugerindo que a pauta
127 inicial seja:

- 128 1- Diagnóstico de procedimentos existentes relacionados à outorga;
129 2- Procedimentos inter-relacionados de outorga existentes nos Estados de São Paulo, Paraná e
130 o Governo Federal através da ANEEL, SRH/MMA, IBAMA e Departamento de Hidrovias –
131 MT;
132 3- Proposta do Plano de Trabalho da CT.

133 Dr. Julio falou da importância de eleger-se o Presidente da Câmara Técnica e o Relator.
134 Informou que o relator não precisa ser conselheiro ou membro da CT. Dr. Julio informou
135 ainda que o Presidente deve sair dos membros da CT. Foram eleitos por consenso Dr. Marcos
136 Freitas (ANEEL) como Presidente e Dra. Diane Rangel como relatora desta CT. A próxima
137 reunião, dia 08/08/00 às 10:00 hs, terá como pauta:

- 138 - Procedimentos inter-relacionados à outorga de uso de água;
139 - Apresentação dos procedimentos no Estado de São Paulo, ANEEL, Paraná, Ministério dos
140 Transportes - Hidrovias, Governo Federal, através da Gerência de Outorga da SRH, e do
141 IBAMA;
142 - Documentos relacionados à outorga;
143 - Plano de Trabalho para a Câmara.

144 Dr. Julio fechou a reunião em nome do Secretário Executivo, agradecendo a presença de
145 todos.

146

147

148

149

Diane Mara F. Varanda Rangel
Relatora

os Estados? E em relação às águas minerais? Dr. Carlos sugeriu que o DNPM se faça presente nesta Câmara, o que foi acatado, portanto deverá ser convidado para a próxima reunião. Dr. Roberto Monteiro falou da importância da água subterrânea tanto que há uma Câmara específica e dever-se-á ter legislação específica para outorga de águas subterrâneas. Informou que as águas minerais são outorgadas pelo DNPM. Dra. Leila informou que no Estado de São Paulo, anualmente, há demanda de 3000 outorgas/usuários e que o cadastro de águas subterrâneas do DAEE é remetido, a cada 2 meses, para o DNPM e o DNPM faz a mesma coisa. O usuário de extração mineral solicita outorga prévia de extração mineral em leito de rio ao Estado, sendo feita em 2 vias Estado/DAEE e DNPM. O Estado de São Paulo entende que é fundamental a integração das autorizações/licenças/concessões etc. do Meio Ambiente com recursos hídricos. Dra. Leila falou da importância de se conhecer quais os Estados já estão trabalhando com outorga. Colocou ainda a necessidade de relacionar aos Sistemas de Outorgas as ações que interferem nos recursos hídricos como por exemplo: obras de barragens, travessias, canalizações, extrações de areia, mineração em leito de rio e serviços de proteção de leito ou margens de rios, desassoreamento, limpeza etc. Dr. Roberto falou da existência da outorga prévia e a Dra. Martha Sugai discutiu que a outorga preventiva não é para o setor elétrico, conforme recomendado pela COPEL na correspondência enviada ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério de Minas e Energia. Dra. Martha falou da matriz de inter-relacionamento, em estudo no Paraná, que deverá facilitar ao usuário o acesso à informação e à obtenção da outorga. Dr. Barbosa comentou que tinha conhecimento da correspondência citada pela Dra. Martha. Dr. Julio explicou que o PL nº 1.617 demorou 1 ano com todas as urgências inseridas e que o PL nº 1.616, devido a sua complexidade, demorará a ser sancionado. Considerando que o cotidiano não espera, é necessário que regulemos através de resolução pois, se houver equívocos, é possível corrigir com maior facilidade. Dr. Barbosa falou que enquanto o PL nº 1.616 está sendo discutido, a SRH tem o papel de articular os usuários por uso para que a regulamentação de outorga e cobrança trabalhe sob as óticas diversas no país. O grande esforço desta Câmara, SRH, comitês e outros que contribuíram com o grupo da Câmara Federal é que se deixe claro os grandes entraves na questão de outorga e cobrança. Dr. Julio falou que ficou clara a importância de se compatibilizar as licenças, em especial as ambientais, sendo necessário estudar os mecanismos. Dr. Carlos Oiti colocou a importância de se levantar a forma de integração inter e intra-setorial nos outros países e as formas de solução encontradas, e sugeriu que se distribua a legislação de outros países sobre essa questão. Dr. Alex (SRH-BA) sugeriu que se distribua a legislação de outros países sob essa questão. Dr. Carlos Oiti sugeriu também que se levante na Câmara Federal os projetos de lei que estão tramitando e que em muitos casos são antagônicos. Dr. Diógenes (ANEEL) voltou às competências desta CT e considera fundamental trabalhar os procedimentos, elaborando matriz dos procedimentos implantados, elencando aqueles utilizados para os diversos usos e comparar como estão os nossos procedimentos. O problema é que são feitas leis mas as outorgas continuam complicadas, o importante é trabalhar nas inter-relações. Dra. Martha falou que tinha uma dificuldade de perceber se a ANA é uma agência reguladora ou executiva, mas que recentemente o Dr. Kelman esclareceu que a ANA tem os dois papéis. Considerou ainda a dificuldade de trabalhar outorgas considerando que a base de dados é frágil. Dr. Alex sugeriu que se conheça o trabalho do Dr. Jaildo dos Santos, tese de mestrado: “Análise de critérios de outorga e cobrança de água na Bacia do Rio dos Sinos – RS” (IPH-UFRGS), onde se confirma que cobrar pelo uso da água de alguns setores é inviável. Informou ainda que o trabalho de Geraldo Silveira (IPH-UFRGS) desenvolveu métodos de estimativa de disponibilidade hídrica em pequenas bacias, o qual é utilizado pelo Ministério dos Transportes. Com a palavra o Dr. Guilherme Paes esclarecendo que o Ministério dos Transportes não outorga o uso da água, apenas autoriza particulares a explorar o transporte aquaviário de competência da União. Ressaltou porém a conveniência do CNRH estabelecer

ATA DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA NA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM BRASÍLIA.

DATA: 04 /07/2000 **Início:** 14:40 horas **Término:** 17:55 horas

PARTICIPANTES :

Ministério do Meio Ambiente : Júlio Thadeu Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério dos Transportes - Representante: Mauri Cunha Lima (mauri.lima@transportes.gov.br)
Conselho Estadual de São Paulo : Anícia Aparecida Pio (apio@sp.gov.br)
ANEEL: Marcos Aurélio Vasconcelos Freitas (mfreitas@aneel.gov.br)
Diógenes Mortari (representando Dra. Rosângela Lago) (diogenes@aneel.gov.br)
Conselho Estadual Região Sul - Representante: Rejane Beatriz de Abreu e Silva de Lima (rejanebs@nutecnet.com.br)
Conselho Estadual Região Sudeste - Representante: Leila Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

CONVIDADOS:

Secretaria de Infra-estrutura- SRH : Alex Gama de Santana (alex@srh.ba.gov.br)
Ministério dos Transportes: Guilherme de Lima Paes (paes@transportes.gov.br)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Carlos Oiti Berbem (oiti@cnpq.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo: Anícia Aparecida Pio (apio@sp.gov.br)
Ministério da Fazenda: maufleury@fazenda.gov.br
Ministério de Minas e Energia: Benedito E. Barbosa Pereira (bebarbos.tln@terra.com.br)
Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: Martha Von Borstel Sugai (martha@mail.copel.br)
Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal: Érico Vieira (dolabell@brnet.com.br)

RELATORA:

Diane Mara Ferreira Varanda Rangel - SRH (diane.rangel@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Dr. Julio abriu a reunião em nome do Secretário Executivo do CNRH Dr. Raymundo Garrido. Informou sobre a necessidade de estabelecer normas complementares à Lei nº 9.433, de 1997, destacando a importância da formação e funcionamento desta Câmara. Esta Câmara tem como objetivo principal ações propositivas, dentro de suas competências, antecipando os problemas que assolam o país. Dentre estes, trabalhar a integração dos procedimentos relativos a outorga de uso de água e licenciamento ambiental integrando os sistemas de gestão assim como regulação do setor saneamento e outros. Em seguida solicitou que os presentes se apresentem informando a representação. Apresentações feitas, o Dr. Julio falou do Regimento Interno e da importância de que os representantes sejam delegados oficialmente mas que a participação é livre e que o fundamental é que se busque o consenso nas decisões. Dr. Roberto Monteiro falou do trabalho de concessão de outorgas através da Secretaria de Recursos Hídricos, do MMA, e da versão 1 da Proposta de Resolução de Critérios de Outorga, em tramitação na Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais. Convidou a todos a participar da reunião do dia 06/07/00 que discutiria a proposta inicial. A proposta será encaminhada à Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais. Dr. Julio retomou a discussão das proposições desta Câmara onde o principal é facilitar ao usuário o caminho para outorga e assim estabelecermos processos de gestão. Dr. Carlos Oiti falou da questão legal que envolve a outorga das águas subterrâneas por ser a Lei nº 9.433, de 1997, omissa, a Constituição Federal é clara no que tange ao domínio dos Estados e a Lei de Recursos Minerais trata as águas subterrâneas como recursos minerais. Deixou as perguntas: Quem deverá dar outorga de águas subterrâneas: a ANA, o DNPM ou